

Mantega tenta ampliar o seu poder sobre a Receita

Estado de São Paulo

5/9/2008

Na esteira da mudança no comando da Receita Federal, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, quer concentrar maiores poderes e tenta esvaziar a esfera de competência da secretaria desidratando algumas de suas funções, por exemplo a área técnica de estudos sobre tributação. Mantega quer integrar os setores de política tributária, previsão e análise à Secretaria de Política Econômica (SPE) e unificar a assessoria parlamentar, que ficaria subordinada ao seu gabinete. Hoje, a assessoria atua de forma autônoma em relação à do Ministério da Fazenda.

Com essas mudanças, Mantega aposta em maior eficiência e quer evitar a sobreposição de funções. Essa situação é recorrente sempre que o ministério analisa uma medida para desoneração tributária: a SPE e a Receita elaboram pareceres distintos e, muitas vezes, conflitantes. A idéia, se for possível chegar a um entendimento com os setores técnicos da Receita, é que os dois órgãos, sob a coordenação da SPE, elaborem um único parecer para o ministro sobre os temas em discussão. Não há ainda uma determinação para que a integração ocorra, mas o movimento já causa inquietação entre funcionários da Receita. Para eles, desde que a nova secretária, Lina Vieira, assumiu a secretaria, está em curso um processo de esvaziamento do órgão. Assessores de Mantega rechaçam essa hipótese. Eles dizem que o objetivo é a eficiência, embora concordem que causa mal-estar na equipe o fato de a Receita sempre apresentar pareceres contrários às medidas de desoneração porque resultam em perda de arrecadação. Uma desoneração fiscal pode, por seu impacto favorável na atividade econômica, aumentar a receita tributária.

Enquanto esses estudos ganham fôlego, é possível observar uma atmosfera de paralisia na Receita Federal, na avaliação de técnicos. Até mesmo decisões técnicas que estavam para sair estão em suspenso. É o caso da regulamentação da Medida Provisória 425, que alterou a cobrança da Cofins e do PIS sobre o álcool combustível. Já negociado com o setor privado pelo secretário-adjunto da Receita, Carlos Alberto Barreto, o decreto ainda não saiu, o que é fator de apreensão, principalmente diante da expectativa de que Lina deve substituir a cúpula da Receita. Outro exemplo é a divulgação dos estudos sobre a carga tributária do País de 2007, que estão prontos há várias semanas, mas com divulgação congelada, diante do momento de indefinição.